

DA ARQUEOLOGIA À GENEALOGIA: ALGUMAS DIFERENÇAS NO  
PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

Felipe Luiz

Bacharel em Filosofia pela FFC-UNESP/Marília e mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia – Faculdade de Filosofia e Ciências-UNESP/Marília.

**Resumo**

A leitura das obras do filósofo Michel Foucault torna patente que algumas mudanças se operaram ao longo de sua produção. Se durante a primeira metade de sua produção, Foucault buscou se colocar sob o signo do método arqueológico, uma nova metodologia aos poucos se delineia, a genealogia. No entanto, se à arqueologia Foucault escreveu um livro que a sistematizasse, o mesmo não se deu com relação à genealogia, seu novo método. O objetivo de nossa pesquisa é pois refletir acerca destas mudanças operadas, de um lado, evidenciando as diferenças e, de outro, traçar do que se tratava com a genealogia.

**Palavras-chave:** Michel Foucault; arqueologia; genealogia; psiquiatria.

**Abstract**

The reading of Foucault's works make clear that some changes have operated along his productions. These differences make point a methodology change. In fact, if during the first half of his productions, Foucault searched to put himself in the scope of the archeology's methods, a new methodology slowly delineated itself: the genealogy. However, if to the archeology Foucault writes a book to systematize the method, that is not the case with the genealogy. The objective of our research is to meditate about these changes, first, to show these differences and to scribe the genealogy's method and what its concerne.

**Keywords:** Michel Foucault; archeology; genealogy; psychiatry.

**Introdução**

No final da década de 60 algo diferente processa-se nas produções de Michel Foucault. O vislumbre de suas publicações faz quedar claro, na dobra da década, que uma nova problemática, ligada, pois, a um novo domínio de objetos, até então inexplorados em suas pesquisas, passa a tomar corpo.

Repentinamente a atenção de Foucault desloca-se rumo à criminalidade e às instituições judiciárias, com as publicações e reflexões sobre estes pontos tornando-se, de um

lado, mais constantes e, de outro, um sentido de reflexão se aprofundando: o que é seu grande livro *Vigiar e Punir* (1975) senão o quadro das séries *Teorias e instituições penais* (1971-2), que enfoca inúmeras formas de poder-saber (a medida, o inquérito, o exame) e, ao mesmo tempo, como estas se ligam “[...] ao aparecimento, na França do século XVII, de novas formas de controle social. A prática massiva da reclusão, o desenvolvimento do aparelho policial, a vigilância das populações” (FOUCAULT, 1997, p. 22); *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, meu irmão e minha irmã*, um dossiê penal acerca de um caso de matricídio, no século XIX; e *A sociedade punitiva* (1972-3), no qual analisa-se como “[...] a prisão tornou-se forma geral de penalidade” (FOUCAULT, 1997, p. 28), gerando, como correlatos históricos, o campo da delinqüência e do carcerário, e de toda uma sorte de punições infra-judiciárias, e que, noutro aspecto, são o reverso da lei, posto que “[...] a prática da prisão não estava, portanto, implicada na teoria penal. Originou-se fora dela e formou-se por outras razões” (FOUCAULT, 1997, p. 35); na gênese da prisão, o instrumento absolutista das *lettres de cachet*, a prática das sociedades inglesas e a organização de uma polícia, todas centralizadas, no final do século XVIII, sob o fio condutor geral do panoptismo, da normalização e da disciplina (FOUCAULT, 1997, p. 35-43).

Ao mesmo tempo, se é fato que o objeto incerto *loucura* continua merecendo o crivo de suas análises, há um deslocamento importante em relação aos seus dois grandes trabalhos prévios acerca do tema, *Doença Mental e psicologia* e *História da loucura na Idade Clássica*. No primeiro caso, trata-se de mostrar a impossibilidade de uma metapatologia que englobasse as afecções orgânicas e mentais, posto que estas últimas não tem senão um fundo sócio-cultural, o que implica a negação da psicologia e da psiquiatria enquanto medicinas mentais; para Foucault, não se deve tomar nenhum aspecto da doença como ontológico ou *a priori*, pois a doença mental não possui nenhuma dimensão autônoma, mas, sim, somente formas históricas; disto decorre que a psicologia não poderá, jamais, tornar-se a verdade positiva do *homo psychologicus*, posto que ela somente tornou-se possível quando a loucura já estava dominada, e a razão tornara-se essência do homem, conquanto o louco era sua alienação.

Na *História da loucura*, Foucault radicaliza estas teses, apontando, de um lado, que as formas de segregação e integração da loucura, na figura maior da *desrazão*, exerceram um papel na consolidação do poder absolutista na Europa; de outro, que a psiquiatria antes vem justificar a positividade já existente do internamento, com toda sua maquinaria, conferindo-lhe um caráter terapêutico. O primeiro passo para o grande internamento da loucura é a formação de uma consciência crítica do louco na Renascença; conquanto nas artes, ainda há um aspecto místico, posto que a loucura fascina pela sua riqueza indomada, por ser um saber esotérico; conquanto em Dürer “a vitória não é nem de deus, nem do diabo, ela é da loucura” (FOUCAULT, 1972, p. 33); já a filosofia e a moral dão-lhe uma outra acepção: a loucura assoma como vício por excelência: ela é ligada ao irregular e ao satírico. A coexistência entre estes dois aspectos da loucura, trágico e crítico, não é duradoura: aos poucos, a experiência trágica da loucura cede lugar à consciência

crítica, que aprisiona a loucura, primeiramente como uma de suas figuras: “[...] a loucura é a medida própria do homem quando se lhe compara à razão sem medida de Deus” (FOUCAULT, 1972, p. 41); posteriormente, depurando-a de aspectos trágicos, afim de torná-la ilusão, que já não comunica com a verdade secreta do mundo — é o momento de Cervantes e de Shakespeare (FOUCAULT, 1972, p. 51) — senão como seu negativo, posto que ela é sempre erro, sempre ilusão.

Assim, a Idade Clássica apreende a loucura na razão: a figura da *Narreschift*, a *Nave dos loucos*, desaparece; em seu lugar, o louco será internado, será reduzido ao silêncio. Se ainda para Montaigne nunca teríamos certeza de ser ou não loucos, Descartes desvencilha-se desta posição de saída: seria loucura se supor louco, pois o fato de duvidar de que se exerce a razão implica em não ser louco, quer dizer, o *cogito* bane a loucura como impossibilidade do pensamento. Este movimento é acompanhado do “grande internamento” das figuras da desrazão; na França, as *lettres de cachet* dão a prerrogativa para que loucos, pobres, correccionários e desempregados coabitem no *Hôpital gènèral* (1656); em 1676, todas as grandes cidades da França passam a ter de contar com seus próprios hospitais, um espaço que não é, em absoluto, médico, mas de uma exclusão que é integração social. Na Alemanha, o mesmo século XVII verá surgir as *Zuchthäuser*, “casa de correção”, em 1620, em Hamburgo, logo expandidas para demais cidades. A Inglaterra passa pelo mesmo movimento: já em 1575 surgem as *houses of correction*, organizadas em cada condado, com trabalho compulsório; posteriormente, elas darão lugar às célebres *workhouses*. Este movimento europeu tem como fundo uma nova concepção moral que condena a loucura como desordem e ilusão; que a dissolve na figura do *Outro da razão*, identificada com a miséria e, esta, se ainda comunica-se com o divino, passa a assomar como castigo moral (FOUCAULT, 1972, p. 70). Em suas origens, o internamento europeu teria o mesmo sentido, pois ele responde “[...] a uma crise econômica que afeta o mundo ocidental inteiramente: baixa dos salários, desemprego, rarefação da moeda, este conjunto de fatos sendo provavelmente devidos a uma crise na economia espanhola” (FOUCAULT, 1972, p. 77).

Para Foucault, em suma, tratava-se, aqui de elaborar a história do banimento do Outro da razão, o que seria, em seu dizer, a “*arqueologia da alienação*” (FOUCAULT, 1972, p. 95); ou seja, não supor uma loucura imóvel na história, mas buscar as operações conjuntas que num só golpe, conjugam a perda de uma semelhança e a constituição da experiência clássica do homem na figura do internamento. Todas as figuras estranhas à percepção social, pautadas na norma, vem tomar parte nesta figura da desrazão, oposta à razão, e identificada em um maniqueísmo Bem e Mal.

A grande abordagem seguinte a este objeto, já no meio da década de 70, no curso *O poder psiquiátrico*, coloca em jogo outros elementos. O asilo dos loucos já assoma como arma de guerra; a configuração interna dos quartos, a hierarquia que vai do psiquiatra-chefe às lavadeiras, tudo isto é assegurado por uma “[...] disposição tática, na qual os diferentes indivíduos ocupam

um lugar determinado e cumprem certo número de funções precisas” (FOUCAULT, 2003, p. 9). Não há mais referências a grandes mudanças culturais ou epistêmicas que formariam, posterior ou concomitantemente, o solo de práticas sociais; ao contrário, o próprio saber, em sua minúcia e desenvolver, é parte de um dispositivo político. A forma como se diz do louco, sua colocação em uma grade analítica que o identifica em espécie e sub-espécies, a própria terapêutica e as formas do interrogatório, enfim, tudo isto integra uma operação que “[...] consiste em quebrar a força descontrolada do alienado por essa espécie de violência astuciosa e súbita” (FOUCAULT, 2003, p. 13) que constitui o internamento psiquiátrico.

Foucault anuncia o eixo das mudanças que lhe separam, neste curso, das teses outrora defendidas na *História da Loucura*. Lá, tratava-se de fazer a história das representações da loucura na Renascença e na Idade Clássica, no contexto de uma história das mentalidades; aqui, trata-se de colocar, como núcleo analítico, um dispositivo de poder, que produz discurso; trata-se de localizar as práticas discursivas aonde elas se formam, nos dispositivos de poder, quer dizer, no asilo: não mais representação e mentalidade, mas, sim discurso de verdade e jogo de poder.

Conquanto na *História da Loucura*, Michel Foucault seguira os comentadores, apontando que Pinel e Esquirol — fundadores da psiquiatria — tinham aversão à violência (substituída pelo trato *humanístico* dos alienados), agora tratar-se-ia de ver como aonde o poder “[...] toca o próprio indivíduo, o poder é físico e, por isso mesmo, irregular; não no sentido de que é desenfreado, mas, ao contrário, no sentido de que obedece a todas as disposições de uma espécie de microfísica dos corpos” (FOUCAULT, 2003, p. 19), do que resulta que a violência é calculada junto a toda maquinaria asilar.

Se na *História da Loucura*, colocava-se a instituição no centro das análises, tentando mostrar o processo de institucionalização da psiquiatria, do que segue, indivíduos, coletividades e regras que os regem; agora, o escopo de Foucault é que o desnível do poder mantém a regularidade do asilo, posto que os indivíduos e as coletividades não são dados *a priori*, mas constituídos nas relações de poder, compreendidas enquanto instrumentos de individualização, e como estas mesmas relações são o fio constitutivo e mantenedor das instituições.

Por fim, a última diferença que aponta Foucault é ligada à noção de família: se outrora ele defendera que a psiquiatria no início do século XIX procurara introduzir o modelo familiar na instituição asilar, em fato, o correr das pesquisas fez aparecer, de um lado, que este movimento é tardio, por volta do século XX, e, de outro, que a utilização de um modelo familiar ou de aparelho de estado, enquanto decifreadores do dispositivo asilar, impediriam a detecção das relações de poder que o perpassam. Assim é que, agora, o crivo analítico sobre a maquinaria manicomial a tomará enquanto prática produtora de enunciados legítimos, estes integrados à uma microfísica do poder e de estratégias de poder que se desenvolvem no seu interior.

Entre os anos que separam a *História da loucura* de *O poder psiquiátrico* ocorreu a chamada *virada genealógica* (DOSSE, 1994, p. 281) no pensamento de Michel Foucault. Trata-

se, pois, da emergência de uma nova metodologia analítica, a *genealogia*, correntemente contraposta ou delimitada em relação àquela anterior, a *arqueologia*. Seriam três os elementos que marcariam esta *détour*; sua aula inaugural no *Collège de France*, *A ordem do discurso*; segundo, o princípio de sua militância junto ao *Groupe informations prison* (GIP); e, terceiro, seu elogio póstumo à Jean Hyppolite, *Nietzsche, a genealogia e a história* (DOSSE, 1994, p. 281-2). Qual o *corpus* desta mudança? De que trataria a arqueologia e que, agora, com a colocação em jogo da genealogia, estaria sendo posto de lado ou, no mínimo, repensado?

Na *Arqueologia do saber*, Foucault “[...] reflete sobre as precedentes análises históricas com o objetivo não só de explicitar ou sistematizar mas sobretudo de clarificar os princípios formulados a partir das próprias exigências das pesquisas” (MACHADO, 2007b, p. X). No cerne da arqueologia estariam os dois grandes movimentos historiográficos de seu tempo: de um lado, na história do pensamento e de correlatos, a aparição de inúmeras formas de *descontinuidade*, como limiares e rupturas; de outro, na história tradicional (econômica, política, institucional), a vinda à tona de grandes períodos, de estruturas de *long durée*. Para Foucault, não seria caso de uma oposição entre as inúmeras formas abertas do devir e a rigidez da estrutura, mas, sim, o aparecimento, lá e aqui, da crítica do documento; as antigas definições historiográficas tomavam o documento como o dado que comunicava sem ruídos o passado; agora, a própria organização do documento deve ser levada à cabo pelos historiadores a fim de que ele possa falar (FOUCAULT, 2007a, p. 1-21).

O documento como cerne da problemática historiográfica fez ocorrer a dissociação das teleologias e evolucionismos do campo da história. Em seu lugar, a toda potência, as descontinuidades e suas figuras — outrora o impensável da história — emergem como seus conceitos operacionais. Se os efeitos destas mutações epistêmicas vão longe, o principal seria a demolição da possibilidade de uma história global, que teria como objetivo cingir “[...] todos os fenômenos em torno de um centro único — princípio, significação, espírito, visão de mundo, forma de conjunto; uma história geral [posta em jogo pelo movimento ocorrido na historiografia] desdobraria, ao contrário, o espaço de uma dispersão” (FOUCAULT, 2007a, p. 12), cujo objetivo é a constituição de *quadros*, quer dizer, *séries de séries*: quais relações podem ser estabelecidas entre as diferentes séries fundadas sob recortes diferentes. Toda a metodologia histórica passaria a ter como força centrífuga as formas através das quais pode-se trabalhar o documento, objetivando constituir a série.

No fundo, diz Foucault, o que estaria em jogo nestas novas asserções acerca da história seria o descentramento do sujeito. Sob o véu das continuidades, das temáticas da consciência e das grandes teleologias outrora apreoadas pela filosofia da história, o objetivo seria garantir o sujeito enquanto último elemento fiador das unidades. A arqueologia definir-se-ia contra as teleologias, totalizações e grandes temas antropológicos. Seu objetivo seria delimitar um método

histórico isento de qualquer referência ao homem enquanto figura fundante ou pólo de atração das análises

Primeiramente subscrevendo a arqueologia como um método concernente ao campo da “[...] história das idéias ou do pensamento, ou das ciências ou dos conhecimentos” (FOUCAULT, 2007a, p. 23), Foucault intenta desentulhar estes domínios do saber das distintas formas de continuidade; não somente daquelas mais tributárias de uma analítica histórica — como tradição, influência, desenvolvimento, evolução, espírito e mentalidade —, mas, mesmo, das que pareciam mais imediatamente visíveis, como o livro e a obra; todas elas são relegadas por Foucault que as compreende como variáveis, relativas e dependentes de justificativa, provas e definições: não são dados naturais. Seu objetivo com este pôr em xeque é poder observar “[...] o domínio do conjunto de todos os enunciados efetivos [...] em sua dispersão de acontecimento [...] [fazendo vislumbrar, assim,] o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca de unidades que aí se formam” (FOUCAULT, 2007a, p. 30).

Diferenciando a arqueologia de formas de descrição da língua, seu objetivo seria saber o porque de dado número finito de enunciados terem sido formulados e não outros. A definição de enunciado não queda intento fácil; se a língua não o esgota, tampouco as formas de analítica de sentido o fariam. Se ele está ligado à fala e à memória, ao mesmo tempo, ele deve ter formas de registro, que lhe permitam, na efemeridade do dito, manter-se. Pô-lo no centro do crivo arqueológico exige a suspensão das formas de continuidade sob o risco, mesmo que subterrâneo, de continuar a referir-se a um operador de sínteses, a um sujeito, o que, por seu turno, impediria, talvez, o vislumbre de relações internas ou externas que as continuidades velariam.

A questão deslinda, pois, para as maneiras de determinar as unidades discursivas que ora serão objeto de descrição do arqueólogo; ou seja, trata-se de determinar, para além das jaulas da continuidade, o que permitiria ver uma unidade em dado grupamento de enunciados. Foucault argumenta que nem o objeto (que é constituído por um conjunto de enunciados) nem um estilo (compreendido como uma das facetas do enunciado) tampouco um sistemas de conceitos (posto sua inelutável finitude) e sequer uma persistência temática (visto que eles, os temas, somente são possíveis em um campo de possibilidades estratégicas) poderiam dar conta de fundar esta unidade: elas seriam já frutos de algo outro.

Tem-se, portanto, o sistema de dispersão dos discursos, que se dão enquanto *acontecimentos*. Deve-se estabelecer, visando tal unidade, *sine qua non* da análise arqueológica, um quadro de diferenças sobre este sistema, fazendo emergir uma formação discursiva compreendida como “[...] uma regularidade (uma ordem de correlações, posições, funcionamentos e transformações)” (FOUCAULT, 2007a, p. 43) entre objetos, estilos, conceitos e temas. Assim, a descrição teria o foco de mostrar as “[...] regras de formação [que] são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de

desaparecimento) de uma dada repartição discursiva” (FOUCAULT, 2007a, p. 43), de uma dada formação discursiva.

Estabelecer as regras de formação de um discurso exige que se postule, primeiramente, sua *superfície de emergência* (os espaços acontecimentalizados aonde os discursos se dão e que permitem seu isolamento e diferenciação para fins analíticos), suas *instâncias de delimitação* (discursos, instituições, conjunto de indivíduos, etc., que delimitam o campo de estudos) e suas *grades de especificação* (segundo as quais separa-se, associa-se, reagrupa-se e se classifica os diferentes objetos *objetos* de discursos). A partir disto pode-se compreender como algo se torna objeto de discurso segundo o feixe denso de relações que o engendra. A formação discursiva seria, pois, a determinação da lei do aparecimento de um objeto, ou de objetos contraditórios, no seio do discurso.

Este feixe de relações — condição de emergência do objeto enquanto acontecimento discursivo — são sua colocação em um *campo de exterioridade* (diferenças, relações, justaposições, etc.). Foucault faz ressaltar relações *primárias* ou *reais*, que põe à baila o extra-discursivo; *secundárias* ou *reflexivas*, interiores ao discurso, mas que não reproduzem relações reais ou relações que permitam um objeto de discurso; e, por fim, *relações discursivas*, entre distintos discursos, nem internas nem externas, mas no limiar e que “[...] determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los, etc. [e que caracterizam, portanto] o próprio discurso enquanto prática” (FOUCAULT, 2007a, p. 52). Trata-se, portanto, de analisar um sistema de formação tomado, em suma, como um conjunto de regras imanentes a uma prática e que a individualizam.

Mas entendamos: não são os objetos que permanecem constantes, nem o domínio que formam, nem mesmo seu ponto de emergência ou seu modo de caracterização; mas o estabelecimento de relações entre as superfícies em que podem aparecer, em que podem ser delimitados, analisados e especificados. (FOUCAULT, 2007a, p. 52-3)

Nem história do referente nem análise de significações: mas descrição das condições de possibilidade dos objetos do discurso; fazer ver como as regras próprias às práticas discursivas permitem a formação destes objetos, de modo a não serem redutíveis ao campo da língua ou dos signos. Com isto, mesmo o estabelecimento da lei das enunciações, se é fato que deve, primeiramente, fazer constituir o estatuto do *enunciante*, o faz somente para descentrá-lo; para tornar manifesta sua dispersão na rede de condições que permitem que ele enuncie, tornando, pois, natimortas às referências a qualquer sujeito, seja transcendental seja psicológico.

A descrição de um sistema de formação conceitual — espaço regular da formulação de conceitos — pressuporia, de maneira símile, a descrição da “[...] organização do campo de enunciados em que [os conceitos] aparecem e circulam” (FOUCAULT, 2007a, p. 62); quer dizer, o campo enunciativo é constituído por um *campo de presença* (retomada, reutilização ou descarte de enunciados), um *campo de concomitância* (enunciados estranhos aos estudados, mas que

funcionam como premissas destes) e o *domínio da memória* (enunciados não mais admitidos, mas que mantém com os enunciados em análise relações de gênese, continuidade ou descontinuidade), bem como por todo um rol de *procedimentos de intervenção* sobre os enunciados, cujo objetivo é sua recodificação sistemática, e são, pois, variáveis segundo a formação discursiva. Vê-se, pois, como um sistema de formação conceitual também depende de um feixe de relações postas em operação por estas série de elementos; eles são o nível pré-conceitual: os modos de ordenação e desenvolvimento, de dependência intra-conceitual, os domínios de validade, normatividade e atualidade presentes na formação discursiva; o nível pré-conceitual é o espaço de emergência dos conceitos com suas regularidades intrínsecas e que caracterizam as práticas discursivas.

No começo da *Arqueologia do saber*, Foucault advertira-nos que partiria de algumas formas de continuidade, nomeadamente as disciplinas. O desenvolvimento da análise, contudo, majorando a teia conceitual, leva a substituição destas por organizações de objetos e conceitos, bem como por tipos coerentes de enunciação, aos quais ele chama de *estratégias*. Segundo as coerências e estabilidades próprias, elas formariam temas ou teorias. O corpo dos questionamentos que este deslocamento considerável coloca, passa, então, por saber por que o campo dos acontecimentos discursivos, em sua dispersão sob o signo do aleatório, vão desaguar nestas sistematicidades chamadas estratégias. Foucault busca as respostas na determinação, primeiro, dos *pontos de difração do discurso* (a forma como duas enunciações, na mesma formação discursiva se excluem) que permitiram, a seu turno, a descrição dos *pontos de equivalência*, quando tais enunciações opostas devem ser postas sob o signo da decisão, gerando posteriormente, *pontos de ligação*; ou seja, sistematicidades, logo, uma estratégia. A acontecimentalização do discurso — a descrição destas instâncias de decisão — permite ver os motivos do aparecimento deste e não daquele, o que implica analisar o feixe de relações que conduzem ao princípio de determinação de um discurso ou enunciado. A determinação destas escolhas, destas decisões, passa pela analítica da função que o discurso em foco exerce em práticas não discursivas, pelas analíticas dos processos de apropriação do discurso, além, também, da analítica da relação das posições entre desejo e discurso.

Este último ponto — relações entre discurso e desejo — ser-nos-a nodal, e o retomaremos em tempo; por ora basta assinalar que, já aqui, para Foucault, “[...] a análise dessa instância deve mostrar que nem a relação do discurso com o desejo, nem os processos de sua apropriação, nem seu papel entre as práticas não discursivas são extrínsecos à sua unidade, á sua caracterização e às leis de sua formação” (FOUCAULT, 2007a, p. 75).

Pinçar uma formação discursiva no mar do enunciados implica definir como distintas estratégias derivam de uma mesmo jogo de relações; as escolhas que fundamentam as estratégias, por seu turno, são formas díspares por meio das quais aborda-se e orienta-se a massa discursiva produzida, e suas inúmeras possibilidades.



Nem proposição, nem frase nem ato de fala, o enunciado é a

[...] a modalidade de existência própria desse conjunto de signos [...] [que está] em relação com um domínio de objetos [...] [prescrevendo] uma posição definida a qualquer sujeito possível [situando-se] entre outras performances verbais [...] e estando dotado, enfim, de uma materialidade repetível. (FOUCAULT, 2007a, p. 122)

O enunciado é uma função, pois, que cruza inúmeros níveis. Ele é mais um feixe de relações que uma coisa. Uma seqüência de enunciados, apoiados em um mesmo sistema de formação, em uma mesma formação discursiva, dá origem a um discurso, que determina, pois, como a dispersão dos acontecimentos enunciativos se coadunam. Assim, a função enunciativa determina quais objetos, quais sujeitos, quais conceitos, quais estratégias. As práticas discursivas, nas fronteiras do discursivo e do não discursivo, determinam, em uma geografia e cronologia próprias, a função enunciativa.

O campo próprio da arqueologia seria o domínio do enunciados, buscando suas formas de grupamento e os instrumentos de sua descrição. Abordando o discurso como um bem raro, trata-se de ver como ele aparece e permanece por conta de sua positividade de coisa produzida, diferenciável em cada campo discursivo e como esta positividade é um *a priori* histórico do discurso, situando este em seu devir e em sua regularidade.

Os enunciados enquanto acontecimentos e enquanto coisas constituem o *arquivo*, que é “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimento singulares [...] o sistema de sua enunciabilidade [...] o sistema de seu funcionamento” (FOUCAULT, 2007a, p. 147), que diferencia e especifica a multiplicidade dos discursos; o arquivo é “[...] o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados (FOUCAULT, 2007a, p.148) e que os oferece segundo sua regularidade. Sendo-nos impossível determinar nosso próprio arquivo, posto que estamos nele, ele permite que tracemos nossos limites, visto que o nosso arquivo termina quando aquilo que já não podemos dizer começa a se encorpar. “A revelação do arquivo [...] forma o horizonte geral a que pertencem a descrição das formações discursivas, a análise das positivities, a demarcação do campo enunciativo” (FOUCAULT, 2007a, p.149). O conjunto destas pesquisas tem o nome de arqueologia, que é a

[...] descrição que interroga o já dito no nível de sua existência, da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte. A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo. (FOUCAULT, 2007a, p. 149)

Vimos que Foucault pôs-se, pois, primeiramente no campo da história das idéias; contudo, seu objetivo é “[...] desconstruir o campo do historiador” (DOSSE, 1994, p. 270); a arqueologia seria a recusa da história das idéias, contaminada, no dizer de Foucault, pelas figuras da totalidade e da continuidade. A arqueologia busca dar um campo próprio ao discurso, sem buscar reconstruir uma forma única de continuidade, ou qualquer continuidade, que não seja a descrição de um “discurso-objeto” (FOUCAULT, 2007a, p. 158). As principais formas da

continuidade na história das idéias seriam referentes à novidade (e à uma distinção velho e original); à analítica das contradições, desfeitas ou minimizadas, em prol de uma continuidade; às maneiras de proceder a comparação, lá constantes como meio a fim de constituir uma unidade maior, da *Weltanschauung*. Por fim, quanto às formas por meio das quais operam-se as transformações, posto que, para os historiadores, tratar-se-ia, de seguir a cronologia dos calendários.

A arqueologia põe abaixo tudo isto. Enquanto método analítico, suas preocupações se dão em torno da determinação da regularidade das práticas discursivas e das regras enunciativas ao invés de uma oposição frouxa entre o novo e o velho; mostrar os espaços de dissensão, em seus distintos níveis e se dizem respeito a contradições internas de uma mesma formação discursiva, ou se, ao contrário, põe em lados opostos do tabuleiro enunciativo formações discursivas distintas; ao invés de uma comparação que intentasse reconstruir, sob o véu das aparências, uma mesmidade, fazer aparecer as diferenças e o que as distingue; por fim, compreender que, enquanto campo próprio, com uma existência autônoma, que tem uma ordem distinta do sucessivo e do simultâneo, variável, segundo as distintas formações discursivas, o discurso deve ser pensado em outros marcos.

Esta problemática arqueológica é posta de lado por Foucault, já no ano seguinte, conforme apontamos, juntos com François Dosse. N'A *ordem do discurso* muitos elementos arqueológicos permanecem no entanto. Primeiramente, a preocupação em suspender a elisão da ordem do discurso; ela é situada na exclusão dos sofistas, desde quando a filosofia não parou de achatar o discurso, tornando-o “[...] mero aporte entre pensar e falar” (FOUCAULT, 2005, p. 46). O mecanismo próprio desta elisão teria sido a proposição de “[...] uma verdade ideal como lei do discurso e uma racionalidade imanente como princípio de seu desenvolvimento, reconduzindo também uma ética do conhecimento que só promete a verdade ao próprio desejo de verdade e somente ao poder de pensá-la” (FOUCAULT, 2005, p. 45). Segundo, a denúncia das formas da continuidade; contudo, já não são marcadas somente no campo da história, mas, também, e principalmente, no da filosofia, coadunadas com as formas de achatamento do discurso: o sujeito fundante, a experiência originária, a mediação universal.

Foucault faz saber a existência de uma ordem do discurso, que não é mais apontada, como outrora, mero feixe de relações, que constituem objetos e sujeitos. Há um temor desta “[...] realidade material de coisa pronunciada ou escrita; [uma] inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar, sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence” (FOUCAULT, 2005, p. 8). Se Foucault pensava já na *Arqueologia*, em uma economia do discurso, compreendido como recurso raro, “[...] como um bem — finito, limitado, desejável, útil — que tem suas regras de aparecimento e também condições de apropriação e de utilização” (FOUCAULT, 2007a, p. 137); se já ali, a existência de uma questão do poder em torno do discurso era posta, “[...] não simplesmente em suas aplicações práticas [...] [mas, sim,] por

natureza, [o discurso é] o objeto de uma luta, e de uma luta política” (FOUCAULT, 2007a, p. 137); isto era enxergado — e relegado — sob o signo do não-discursivo, e não era aqui que a arqueologia vinha repousar. Agora se trata de compreender estes procedimentos de intervenção e organização do discurso, que tem “[...] por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade” (FOUCAULT, 2005, p. 9).

Opera-se, pois, uma distinção entre *procedimentos de exclusão*, concernentes “[...] à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo” (FOUCAULT, 2005, p. 21): *interdição, separação e rejeição* (por exemplo, razão e loucura) e a *vontade de verdade*; existem também os *procedimentos internos*, que buscam submeter à dimensão de acontecimento e de acaso do discurso: *comentário, o autor enquanto função, as disciplinas*. Por fim, os *procedimentos de sujeição do discurso* “[...] que permitem o controle dos discursos” (FOUCAULT, 2005, p. 21): o *ritual* (que define a qualificação dos sujeitos que falam), as *sociedades do discurso* (procedimentos de produção e circulação de discursos em espaços restritos), as *doutrinas* e, finalmente, as formas de *apropriação social do discurso*.

Desfazer a elisão do discurso implica questionar a vontade de verdade, restituir o caráter de acontecimento do discurso e suspender a soberania do significante. Para tanto, Foucault formula quatro exigências de método. Um *princípio de inversão*: ver “[...] o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso (FOUCAULT, 2005, p. 52) aonde a tradição vê a fonte, expansão e continuidade do discurso, como o autor, a disciplinas e a vontade de verdade. Um *princípio de descontinuidade*, que consiste em tratar os discursos “[...] como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2005, p. 52-3). Um *princípio de especificidade*, que significa compreendê-lo como uma “[...] violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade” (FOUCAULT, 2005, p. 53). Por fim, um *princípio de exterioridade*, quer dizer, passar da aparição do discurso e sua regularidade às suas condições externas de possibilidade.

Por trás destes princípios, quatro noções que centrifugam a análise: acontecimento, série, regularidade, condição de possibilidade, que se opõem à criação, à unidade, à originalidade e à significação. Se aqui, ainda, Foucault recupera noções da arqueologia do saber; se seu objetivo é “[...] introduzir na raiz mesma do pensamento o acaso, o descontínuo e a materialidade” (FOUCAULT, 2005, p. 59) fundado em um “materialismo do incorporeal”, quer dizer, na noção de *acontecimento* compreendido como algo que “[...] não é da ordem dos corpos” (FOUCAULT, 2005, p. 57), mas que se efetiva na materialidade, posto que é feixe de relações materiais, da dispersão da materialidade; enfim, se inúmeros pontos ainda permanecem, é também nodal que se compreenda as novas noções.

A *ordem do discurso* é um programa de pesquisas. Em sua última parte, após expor, sinteticamente, a bússola de seu pensamento a devir, Foucault divide o percurso a ser feito em

dois conjuntos, um que ele chama de *crítico* e, outro, chamado de *genealógico*. O primeiro lidaria com os procedimentos de rarefação do discurso, focando-se, pois, no princípio de inversão; nesta grade de pesquisa, Foucault anuncia, como temáticas possíveis, a sexualidade, as questões relativas à confissão, a vontade de verdade, a problemática penal e toda uma série de pontos que serão retomados por todo o restante de sua vida, em seus cursos, artigos e livros.

Um dos nossos interesses nessa pesquisa é compreender como se dá essa passagem do método arqueológico para o genealógico no pensamento de Foucault. Pensamos que, na genealogia, além das preocupações arqueológicas descritas até aqui, estaria em jogo as demais exigências de método; nela, o escopo seria “[...] a formação efetiva dos discursos [...] ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular” (FOUCAULT, 2005, p. 65-6). A descrição genealógica quer aprender a formação do discurso “[...] em seu poder de afirmação [...] [em seu] poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas” (FOUCAULT, 2005, p. 69-70). Para Foucault, as análises críticas e as genealógicas não se opõem, mas, antes, se apóiam.

Foucault formula, pois, um outro programa enquanto norte das pesquisas. Não se trata mais da arqueologia; o conceito de enunciado, central em seu grande livro de método, aqui já escasseia e, de todo modo, não é em torno dela, ou de seu fantasma, que as preocupações de Michel Foucault se dão. Trata-se, sem dúvida, da emergência de uma nova racionalidade em suas pesquisas; trata-se, pois, de um limiar. À ele, acompanha-se, conforme exposto acima, seu engajamento junto ao GIP. Seu *Manifesto* (1971) faz uma dupla denúncia, de um lado, do aumento do cerco policial, e de outro, da área de silêncio articulada em torno das prisões; além do que, faz queixas relativas à figura do detento, apresentado como uma personagem que ninguém sabe o que é. Para Foucault, não se trata de formular um programa de luta anti-carcerária, mas de denunciar o aparato da prisão ele mesmo (FOUCAULT, 2006, p. 1-3).

Estes argumentos são recuperados em repetidos textos ao longo deste ano. Em *Um problema que me interessa há muito tempo é o do sistema penal*, Foucault afirma, de um lado que “[...] no momento, minhas atividades são essencialmente práticas. Um dia, talvez, tentarei fazer o balanço desse movimento que está se desenhando” (FOUCAULT, 2006, p. 33) — e acrescentemos este aspecto prático como um dos constituintes das séries que deram origem ao *Vigiar e Punir*; e, de outro, relendo suas obras, afirma que

[...] em *As palavras e as coisas* estudei principalmente lençóis, conjuntos de discurso. Em *Arqueologia do Saber* também. Atualmente, novo movimento de pêndulo: estou interessado nas instituições e nas práticas, nessas coisas de algum modo debaixo do dizível (FOUCAULT, 2006, p. 34)

Em outro texto, já de 1973, intitulado muito sugestivamente *Da arqueologia à dinástica do poder*, Foucault afirma que esta é a “[...] relação que existe entre esses grandes tipos de discurso que podem ser observados em uma cultura e as condições históricas, [...] econômicas, [...] políticas de seu aparecimento e de sua formação” (FOUCAULT, 2006, p. 49).

Vê-se, pois, o delineamento de uma nova metodologia, e, portanto, novos correlatos e objetos. Seu nome será *genealogia* e Foucault, com isto, se delimita decisivamente em um horizonte nietzscheano. Contudo, ao contrário da arqueologia, esta nova metodologia não mereceu, por parte do filósofo francês, uma elaboração teórica do mesmo porte e grau. Afinal de contas, de que trata a genealogia? Pode algo como um pequeno artigo feito enquanto exéquias à J. Hyppolite — introdutor de Hegel na França, algo bastante significativo; e terceiro marco de sua virada, se confiarmos em François Dosse — orientar uma série tão grande de pesquisas, sob as quais ele veio a se debruçar? Nesse sentido, nosso problema de pesquisa, para um próximo artigo, é: até que ponto podemos dizer que existe uma correlação entre o método arqueológico e o genealógico em Foucault? Em que esses dois métodos se diferenciam na análise das práticas?

### **Bibliografia**

DOSSE, F. **História do estruturalismo: O canto do cisne – de 1967 a nossos dias**, Campinas: EDUNICAMP/Ensaio, 1994

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.

\_\_\_\_\_. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ditos e escritos IV:: Estratégia, Poder-Saber**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006

\_\_\_\_\_. **Doença Mental e Psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

\_\_\_\_\_. (org.) **Eu, Pièrre Rivière, que degolei minha mãe, meu irmão e minha irmã**, Rio de Janeiro: Graal, 1973

\_\_\_\_\_. **Histoire de la folie à l'âge classique..** Paris: Gallimard, 1972.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007b.

\_\_\_\_\_. **O poder psiquiátrico (1973-1974)**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Resumo dos cursos do Collège de France: 1970 -1982**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MACHADO, R. **Por uma genealogia do poder in Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007b.